

O câmbio e suas flutuações

ENTRE 1989 E 1995, o iene japonês valorizou 46% diante do yuan chinês. No mesmo período, os investimentos das multinacionais japonesas na China saltaram de 59 bilhões de ienes para 422 bilhões. Um atento observador do fenômeno arriscou um comentário que provavelmente deixaria de nariz torcido alguns economistas brasileiros, os fanáticos da livre, leve e solta flutuação cambial. O observador inconveniente declarou: imagino que não se trata de uma mera coincidência a relação entre a valorização do iene e a aceleração do fluxo de investimento

direto para a China. O novo governo do Japão está empenhado na volta para casa das empresas que migraram para outras paragens. Para tanto, cuidam de administrar o iene e torná-lo mais atraente para os exportadores japoneses.

Mas há quem acredite, no Brasil, que o movimento do ID deveria dar-se na direção contrária: a valorização do iene tornaria, enfim, os equipamentos chineses mais baratos, convidando os industriais japoneses a comprar os bens de investimento dos produtivistas chineses.

O sistema monetário internacional desenhado em 1944 em Bretton Woods pretendia funcionar de acordo com as seguintes regras do jogo: taxas fixas, mas ajustáveis, de câmbio; limitada mobilidade de capitais; cobertura de déficits em transações correntes por uma instituição pública multilateral. Câmbio e juros eram preços-âncora, cuja relativa estabilidade e previsibilidade eram vistas como essenciais para a formação das expectativas dos possuidores de riqueza envolvidos nas decisões de produção e investimento.

Nas últimas quatro décadas, a desregulamentação dos mercados e a crescente liberalização dos movimentos de capitais entre as principais praças de negócios mudaram radicalmente o panorama. Nas economias contemporâneas, a finança direta e “securitizada” ganhou maior importância e, com ela, cresceram com enorme rapidez os mercados de derivativos, como proteção contra os riscos de mercado e de liquidez e como instrumentos de “descoberta” da trajetória e variação dos preços dos ativos. Essas transformações ampliaram as possibilidades de alavancagem financeira e, conseqüentemente, facilitaram a ocorrência de bolhas nos mercados de ativos e de crédito, a despeito (dizem uns) ou por causa (dizem outros) da generalização dos derivativos.

Os regimes cambiais caminharam na direção de um sistema de taxas flutuantes. Tratava-se de escapar das aporias da “trindade impossível”: a convivência entre taxas fixas, mobilidade de capitais e autonomia da política monetária doméstica.

Países de moeda não conversível, particularmente os da América Latina, entraram no jogo da abertura financeira. Em um primeiro momento, as políticas de liberalização financeira e o generoso ingresso de capitais permitiram a “ancoragem” cambial, arma potente de estabilização nas economias de alta inflação. No Brasil e, sobretudo, na Argentina dos anos 1990, o câmbio fixo ou semifixo deu asas à valorização cambial e assegurou o controle da inflação. Mais importantes do que a fragilização do balanço de pagamentos foram a devastação industrial produzida pela política de valorização cambial e a subordinação da política monetária às avaliações mercúrias dos mercados globais. A trajetória insustentável das economias culminou na crise e na adoção do câmbio flutuante. A inflação ficou por conta do regime de metas.

A abertura financeira inverteu as determinações do balanço de pagamentos. Nos momentos de farta liquidez internacional, países com taxas de câmbio flutuantes, dotados de moedas frágeis, ou seja, desprezível participação nas transações internacionais, correm o risco da valorização indesejada da moeda local ou estão obrigados a realizar operações de esterilização dos efeitos monetários da expansão das reservas com taxas de juro abusivas.

O montante relativamente elevado de reservas que os bancos centrais devem manter para garantir a estabilidade do câmbio é um dos sintomas da impossibilidade de adoção da flutuação cambial pura. Como os títulos de riqueza em moeda local e os denominados em dólares são substitutos muito imperfeitos, a arbitragem entre juros internos e externos não logra a convergência das taxas e acaba por impor a “administração” do câmbio.

Hoje são raros os regimes de flutuação livre e solta. Muitos países da periferia, diz o economista Michel Aglietta, revelam preocupação com a manutenção de suas vantagens competitivas e com a volatilidade dos movimentos de capitais. “Eles não podem, portanto, permitir que o mercado jogue com a taxa de câmbio. Alguns apreenderam à custa de muito sacrifício que valorizar a taxa de câmbio nominal em um ambiente de fragilidade financeira pode desencadear um processo deletério de desconfiança. Regimes de câmbio intermediários, de flexibilidade controlada, constituem um caminho estreito para a coordenação entre os diferentes objetivos de política monetária.” ●



A devastação industrial foi produzida pela política de valorização cambial



O Brasil medieval

Há mais dinheiro e mais interesse dos investidores públicos e privados. Apesar dessa constatação, o País continua a exibir índices baixos (e inadmissíveis) de tratamento de água e esgoto



FOTO: ISTOCKPHOTO

O maior dos atrasos

Mais da metade dos brasileiros ainda não dispõe de coleta de esgoto. O governo federal e os investidores privados têm os recursos. O que falta?

POR ARNALDO COMIN

ORGULHOSAMENTE intitulada “Pequena Metrópole da Amazônia”, a cidade de Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém, é a campeã nacional de internações hospitalares por diarreia, um mal que afeta, sobretudo, crianças e está intimamente ligado à falta de água potável e coleta de esgoto. Foram 1.210 ocorrências por 100 mil habitantes, na média de 2008 e 2011, segundo relatório do Instituto Trata Brasil.

Apesar dos seus quase 500 mil habitantes, Ananindeua faz parte do universo de 2 mil municípios que nem sequer divul-

gam seus dados de saneamento, uma lacuna que dificulta o planejamento do Estado numa área estratégica como a saúde pública. “Não divulga porque provavelmente a oferta de água e esgoto é de quase zero”, especula Édison Carlos, presidente do Trata Brasil, organismo que monitora a situação do saneamento básico no País.

No momento em que o governo federal celebra a “erradicação estatística” da miséria, numa corrida para cadastrar no Bolsa Família 700 mil pessoas que ainda vivem em situação de pobreza absoluta, a discussão sobre renda e desigualdade ganha uma nova dimensão, ao expor atrasos de



infraestrutura que vão além dos 70 reais mensais de subsídio estatal por indivíduo.

Patinho feio da infraestrutura, pois as obras não são vistosas e rendem pouco voto, o saneamento básico é a ponta desse iceberg. Estima-se que, a cada 1 real gasto em água e esgoto, 4 são economizados em serviços de saúde. Enquanto Ananindeua gastou 315 mil reais por 100 mil habitantes em internações por diarreia em 2011, Taubaté (SP), a mais bem avaliada entre as cem maiores cidades brasileiras, consumiu apenas 721 reais. Detalhe: o município do Vale do Paraíba tem o melhor índice de coleta de esgoto do País: 94,8%. Os dez piores municípios detêm índice de saneamento de até 30% e concentram 40% das internações. Nos dez melhores, a cobertura supera 80%, acarretando em somente 2% de internos na rede de saúde.

No conjunto das mazelas da infraestrutura no Brasil, o saneamento está nas piores posições. Atualmente, apenas 46% dos brasileiros dispõem de esgoto coletado, resultado de um longo ciclo de falta de investimentos no setor, entre os anos 1980 e 1990. O serviço só tem conseguido avançar na média de 1% ao ano, desde meados da década passada.

Ao contrário de outros serviços que passaram por abrangente processo de privati-

zação, um dos motivos que poderiam ser apontados é a falta de empenho do governo, que responde, segundo a Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), por 95% dos recursos.

Desde 2007, quando o presidente Lula lançou as bases do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e formulou a nova Lei do Saneamento, o governo federal abriu as portas para um caminhão de dinheiro no setor. São 40 bilhões de reais, reforçados por mais 5 bilhões em 2012 com o “PAC das Concessões”. No dia 6 de março, a presidenta Dilma Rousseff anunciou a liberação de mais 16,8 bilhões de reais para saneamento, com destino a cidades médias, em um pacote de 33 bilhões de reais, que também inclui gastos com mobilidade urbana.

O Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), que começou a ser formulado em 2008 e, após uma longa novela de debates e audiências públicas, só deve ser oficializado em meados deste ano, tem a meta ambiciosa de despejar 270 bilhões de reais para zerar o déficit de saneamento até 2030. São tantas cifras que fica difícil saber quanto dinheiro público está de fato disponível para as obras. “Os números do governo são imbatíveis: nada bate

Ananindeua é a campeã nacional de internações por diarreia

Brasil profundo.
O subdesenvolvimento perpetuado

com nada”, ironiza Newton Azevedo, vice-presidente da Abdib e experiente consultor na área de saneamento. Ele reconhece, contudo, que existe uma mudança de cenário. “O governo está visivelmente preocupado e vem chamando todos os agentes para conversar e saber como ajudar. Sinto que, finalmente, houve uma quebra de paradigma no saneamento.”

A mudança reflete o que foi conquistado até aqui. Mesmo com a abundância de recursos, os resultados estão piorando ano após ano. Segundo monitoramento do Trata Brasil até o fim de 2011, das 114 obras em andamento no País, somente 7% estavam prontas. Mais de 60%

O que diz a lei

- A Lei nº 11.445, sancionada em janeiro de 2007, estabelece as novas diretrizes do saneamento básico no Brasil. O poder de gestão de concessão dos serviços de água, coleta de esgoto e lixo, além do tratamento de afluentes, é dos municípios. Cabe ao poder local apresentar projetos técnicos para a solução dos problemas. A União tem o dever legal de assegurar recursos para a universalização do serviço, em repasses que podem ser efetuados via estados ou municípios, sob o comando do Ministério das Cidades.

- Embora o protagonismo seja municipal, a lei dá ampla margem para novos modelos. O saneamento pode ser feito tanto pela empresa da própria cidade quanto concedido às companhias estaduais, ou ainda em modelos privados e de capital misto. Sistemas regionais, envolvendo várias localidades, também são permitidos.

- De acordo com o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), dos 270 bilhões de reais previstos até 2030, 40% serão para água e 60% para serviços de esgoto. Do total, 66% virão do governo federal e os demais 34% de estados, municípios e outras fontes, como a iniciativa privada.

- Na prática, porém, tamanha flexibilidade diluiu responsabilidades, fazendo com que os municípios, a maioria sem capacidade técnica, empurrassem o problema “para cima”. E tanto estados quanto o governo federal encontram dificuldades para elaborar planos coordenados, contando com a boa vontade e o interesse político dos governos nas três esferas para efetuar investimentos.

Um País pelo cano

O panorama do saneamento

Abastecimento (% da população)

Região	Água encanada	Coleta de esgoto	Tratamento de esgoto
Norte	57,5	8,1	22,2
Nordeste	68,1	19,6	32
Sudeste	91,3	71,8	40,8
Sul	84,9	34,3	33,4
Centro-Oeste	86,2	46	43,1
Total Brasil	81,1	46,2	37,9

Fonte: SNIS (2010)

Investimentos em infraestrutura (em R\$ bi)

Ano	Saneamento	Total Brasil*
2003	4,6	63,3
2004	4,4	70,9
2005	4,8	84,7
2006	5,9	90,2
2007	5,3	107,4
2008	6,6	131,1
2009	8,8	149,7
2010	8,7	169,8
2011	7,9	173,2
2012	7,9**	195,9***
2013	7,9**	227

Fonte: Abdib

* Transporte, Energia Elétrica, Óleo e Gás, Telecomunicações e Saneamento. ** Previsão. *** Crescimento máximo previsto em 7% + inflação anual de 5,73%, segundo estimativa Boletim Focus de Jan/2013. **** Crescimento máximo previsto em 10% + inflação anual de 5,49%, segundo estimativa do Boletim Focus de Jan/2013



Cobrança.

Dilma libera os recursos, mas faltam projetos

ANTÔNIO CHUZZAR

cabe ao governo local, que tem a obrigação legal de apresentar planejamento mínimo para área – o que abre as portas para recursos federais –, mas permite a atuação de empresas privadas, estaduais, de capital misto e até mesmo consórcios intermunicipais. Boa na teoria, a nova legislação, na prática, pulverizou a estrutura e trouxe poucos resultados em novos investimentos, no que Azevedo chama de “atômização de responsabilidades”.

A Abdib pretende apresentar nas próximas semanas uma série de propostas ao governo federal. A primeira delas parte da desburocratização. A legislação atual torna extremamente rígida a liberação de recursos pelo BNDES e pela Caixa, e deve ser revista para reduzir a morosidade nos investimentos. A segunda diz respeito à organização do Estado. O saneamento está no “guichê” do Ministério das Cidades, mas é no Planejamento que estão os recursos do PAC e o diálogo com estados e municípios. Para a entidade, os ministérios precisam unir forças para cobrar dos governos locais mais ação, com a criação de estímulos econômicos para a contratação de engenheiros, por exemplo. “A responsabilidade técnica não é do governo federal, mas é ele que precisa pressionar os governadores e prefeitos”, diz Azevedo.

A última proposta é criar, a exemplo do Bolsa Família, um grande cadastro de municípios, em três grupos: dependentes, independentes e intermediários, que teriam níveis diferentes de prioridade nos repasses. Seria uma forma de minimizar o peso político nas decisões da União. ●

encontravam-se paralisadas por problemas ambientais ou na prestação de contas. Nos cálculos da Abdib, o investimento em saneamento, que saltou de 4,6 bilhões de reais em 2003 para 8,8 bilhões em 2009, vem caindo a partir daí. Fechou em 7,9 bilhões em 2011, mesmo desempenho previsto para 2012. Neste ano, deve ser similar ao dos últimos exercícios.

Para cumprir as metas do Plansab, o investimento médio desde 2007 deveria ter sido de 12 bilhões de reais. Para recuperar o tempo perdido, essa conta já chega perto de 18 bilhões de reais. A Abdib vai mais longe: ocupando uma fatia de apenas 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), os recursos poderiam facilmente chegar 20 bilhões de reais. “O fato é que, nesse ritmo, a meta de 20 anos do governo vai chegar a quatro décadas”, prevê Édison Carlos, presidente do Instituto Trata Brasil.

Mas, se há recursos, o que emperra a máquina do saneamento básico no Bra-

sil? “Esses 20 anos de paralisia podem ter comprometido nossa capacidade de planejamento e execução de projetos. Não formamos os técnicos e engenheiros necessários para essa tarefa”, estima o engenheiro ambiental Ricardo Moretti, professor da Universidade Federal do ABC (Ufabc).

De fato, um dos maiores problemas apontados para o setor é a situação de quase indigência de especialistas nas prefeituras, principalmente nos municípios com menos de 20 mil habitantes, onde o problema é mais grave. Nas comunidades rurais, os índices de saneamento são próximos a zero e 5% das moradias nem sequer dispõem de banheiro com fossa séptica.

A falta de técnicos também esbarra na modelagem da gestão da água e do esgoto no Brasil. Com as mudanças implementadas na Lei nº 11.445, em 2007, ficou mais evidente o papel do município como responsável pelo saneamento. A concessão

Espelho da desigualdade

Quando a presidenta Dilma Rousseff anunciou, em fevereiro, o slogan “O fim da miséria é só um começo”, fez uma admissão pública de que o acesso à renda é apenas uma pequena parte, e talvez a de mais fácil solução, para superar a desigualdade histórica de classes no Brasil. Embora o recurso do Bolsa Família tenha produzido avanços inegáveis – a presidenta calcula em 22 milhões o número de pessoas que atravessaram a linha da pobreza extrema em seu governo –,

as estatísticas mostram que, ao contrário do esperado, a desigualdade está aumentando em regiões isoladas do País.

Essa é uma das conclusões da pesquisa Coesão Territorial para o Desenvolvimento, cuja primeira etapa está em vias de publicação pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), pela Universidade Federal do ABC (Ufabc) e pelo Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural (Rimisp). Ao comparar os Censos de 2000 e 2010, o estudo concluiu que o combate à pobreza monetária foi efetivo, com aumento de renda superior a 25 pontos percentuais em boa parte do Nordeste e do Norte do País.

O problema é que a redução da desigualdade não se refletiu da mesma maneira. Uma demonstração de que a solução de problemas sociais de base é muito mais lenta e complexa do que a distribuição de renda.

“Percebemos uma persistência de indicadores ruins de desigualdade, que até aumentaram nos últimos anos, em regiões do Semiárido nordestino, no Centro-Oeste e na Amazônia”, explica Arilson Favareto, coordenador da pesquisa. Os índices de desigualdade se deterioraram em 1.359 municípios, onde vivem 44,6 milhões de brasileiros, o que representa uma Espanha inteira.

Embora a pobreza no Brasil se divida hoje em meio a meio entre áreas

urbanas e rurais, é nos rincões que a falta de infraestrutura se mostra mais dramática. De acordo com Favareto, o Brasil apresentou melhoras palpáveis na queda da mortalidade infantil e, principalmente, no acesso à educação, onde o ingresso ao ensino fundamental já atinge uma taxa de 98%. Mas a disponibilidade de médicos e serviços de saneamento é sensivelmente pior no interior.

“Um dos indicadores em que menos avançamos foi o saneamento. E as regiões com situação mais grave batem justamente com aquelas em que há maior desigualdade de renda: o Semiárido, o Centro-Oeste e a Amazônia”, diz o pesquisador.